

[Handwritten signature]



Relatório de Gestão e Contas 2013

Madalena do Pico 30 de Maio de 2014

Índice



I – Relatório de gestão

II – Balanço

III – Demonstração dos resultados por naturezas

IV – Demonstração das variações no capital próprio

V – Demonstração dos fluxos de caixa

VI – Anexo às demonstrações financeiras

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

VIII – Certificação Legal de Contas

[Handwritten signature]

Relatório do Conselho de Administração – 2013

1- ENQUADRAMENTO ECONOMICO

As atuais projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade no período 2014-2015, após uma contração acumulada de cerca de 6 por cento no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas . Este processo deverá ocorrer num quadro de manutenção de condições regulares de financiamento da economia, ao longo do horizonte de projeção.

A progressiva e hipotética recuperação da procura interna, dependerá da evolução do consumo público e do consumo privado, a qual continuará, no entanto, a ser condicionada pelo processo de consolidação orçamental e de desalavancagem do setor privado, e pela manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho.

As exportações deverão manter um crescimento forte, suportado pela recuperação da procura externa, embora com um ritmo inferior ao observado no período anterior à crise financeira. Importa referir que as exportações têm desempenhado um papel crucial no ajustamento da economia portuguesa, apesar do crescimento relativamente limitado da atividade económica mundial observado no período 2011-2013.

Em resumo o contexto macroeconómico interno, dependerá fortemente do comportamento das exportações, dado que se prevê nos próximos anos que o consumo interno continuará débil e continuando a ser o parente pobre da recuperação económica, derivado essencialmente do excessivo endividamento global da economia portuguesa (que em 31 de Dezembro de 2013 , atingiu a quantia de 736 mil milhões de euros ,ou seja 445% do PIB) o que obrigará a alocar importantes recursos financeiros para o serviço a dívida.

2- EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

MADALENAGIR, E.M. S.A. pessoa colectiva com o número 512.099.642, com sede na Avenida Machado Serpa, 30 na Vila de Madalena do Pico, teve o seu início de actividade em Março de 2007, teve como objecto a concepção e construção de diversos empreendimentos públicos no Concelho de Madalena do Pico.

Alguns destes projectos, foram desenvolvidos no âmbito de uma Parceira Publico Privada entre a Empresa Municipal Madalena Progresso E.M. e um conjunto de privados com experiência em diversos domínios na área da concepção, construção e montagem de parcerias público privadas, resultando no compromisso de levar a cabo a execução e colocar em funcionamento diversos Equipamentos colectivos de primordial interesse para o Concelho de Madalena do Pico e também para a Ilha do Pico.

Neste âmbito, os diversos Equipamentos Colectivos a serem desenvolvidos são de manifesto interesse turístico para a ilha do Pico, uma vez que permitem oferecer uma mais-valia na oferta e diversidade de equipamentos colectivos quer para quem visita do exterior o concelho, quer para os residentes, permitindo a execução num curto prazo de tempo de infra-estruturas necessárias para o incremento económico da Vila da Madalena bem como, potenciar a oferta e diversidade na qualidade de equipamentos numa ilha longe dos grandes centros urbanos, onde a componente pública tem um papel supletivo á actividade económica e social, sendo preponderante e fundamental para o desenvolvimento local.

Os projectos reflectem igualmente a preocupação de criar algo de novo no contexto socioeconómico da ilha.

Assim o Plano de investimentos para a Madalenagir S.A., pretendeu levar a cabo os seguintes empreendimentos:

- Execução do complexo desportivo de S. Mateus, compreendendo a execução do campo de futebol e respectivas bancada e iluminação.
- Execução do Edificio Multiusos

Madalenaagir S.A.

- Execução do Auditório e respectivos Arranjos exteriores.
- Edifício Sócio Educativo do Concelho da Madalena,

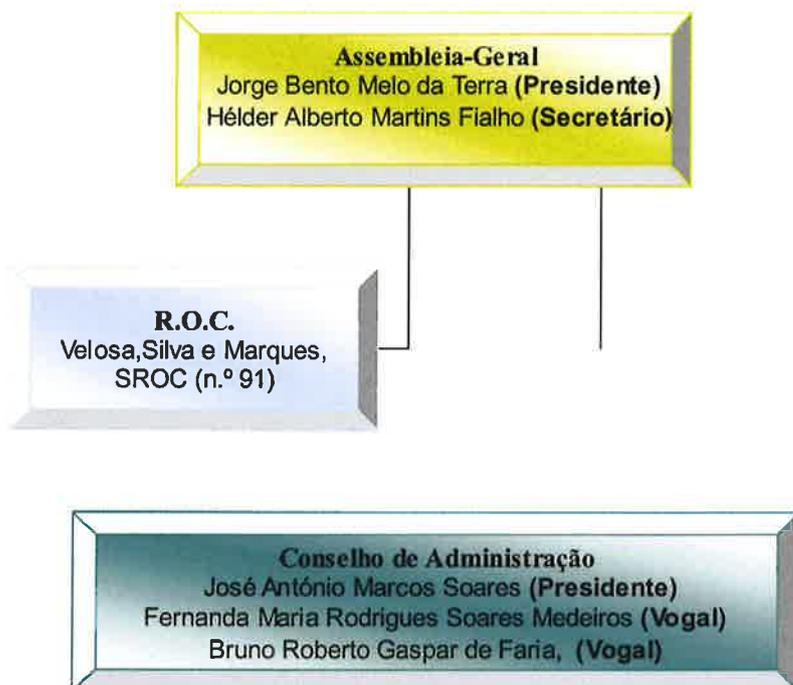
Sendo estes os principais os objectivos de investimento da sociedade, desde a sua constituição, o ano de 2010, marcou a fase de execução dos projetos para o Pavilhão desportivo da Madalena e do auditório Municipal, situação esta que resultou do impasse criado por parte de Governo Regional, na cedência dos terrenos inicialmente definidos para a instalação deste dois equipamentos, o que obrigou a redefinir uma nova localização para aqueles dois equipamentos.

O capital social da empresa é de 50.000 €, através de 50.000 acções de 1 euros cada, subscrito do seguinte modo em 31 de Dezembro de 2013:

Estrutura Acionista

Entidade	Acções	Valor	%
MADALENA PROGRESSO EEM	50.000	50.000	100,00%
	50.000	50.000	100%

1.1. Estrutura organizacional Em 31 de Dezembro de 2013



3 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após 31 de Dezembro de 2013 e até á presente data, não ocorreram factos financeiros, económicos e patrimoniais relevantes que influenciassem os resultados de 2013.

4- EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

Finalizado o processo de lançamento do concurso relativo à execução do Auditório da Madalena do Pico, tendo-se consignado a empreitada em fevereiro de 2012, prevendo-se a conclusão até ao final de 2014.

5. BREVE ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

A empresa tem cumprido a regra do equilíbrio de exploração, situação esta obrigatória ao abrigo da Lei 50/2010 de 31 de Agosto, mantendo-se na sua exploração perfeitamente equilibrada, conforme provam os elementos contabilísticos e financeiros.

O activo líquido da empresa, em 31 Dezembro de 2013, situou-se nos 7,4 milhões de euros.

Os custos totais de atividade operacional afeta aos investimentos em curso (excluindo amortizações) da empresa totalizaram em 2013, os 328,3 mil euros

Ao nível de recursos humanos, a sociedade conta no seu quadro com uma técnica superior , a qual desenvolve toda a actividade administrativa da sociedade. Toda a actividade de operacional apoiada por um quadro em regime de outsourcing para os assuntos administrativos/financeiros, de controlo administrativo e de custos da sociedade, bem como no apoio aos projectos de investimento.

O Conselho de Administração é composto por 3 elementos, o qual reúne de dois em dois meses, quando necessário, para acompanhar a gestão da sociedade, bem como avaliar, acompanhar e decidir sobre a execução dos projectos de investimento.

6 - DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

7 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Foi apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, um resultado antes de impostos de 0 (zero) euros, e igualmente um resultado líquido nulo.

È proposto pelo Conselho de Administração a aplicação dos resultados líquidos do exercício em resultados transitados

Madalenaagir S.A.

Como nota final, a Administração aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionam.

Madalena do Pico, 30 de Maio de 2014

O Conselho de Administração

Isabel Rodrigues
J. A. de S. J.
Emanuel Nunes Gomes Vilela

[Handwritten signature]

II – Balanço

MADALENAGIR S.A.

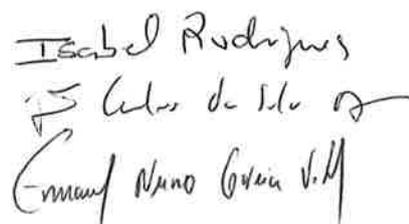
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	NOTAS	31-12-2013	31-12-2012 (reexpresso)	31-12-2012
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	7	5.166.884,00	4.008.904,73	34.288,68
Outros activos financeiros	9	0,00	0,00	3.839.219,77
		<u>5.166.884,00</u>	<u>4.008.904,73</u>	<u>3.873.508,45</u>
Activo corrente				
Clientes	8	11.771,38	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	10	271.518,75	226.676,13	226.676,13
Outras contas a receber	8	235.115,68	365,00	365,00
Diferimentos	11	253,11	148,88	148,88
Outros activos financeiros	9	0,00	0,00	135.396,28
Caixa e depósitos bancários	4	1.754.995,06	14.564,59	14.564,59
		<u>2.273.653,98</u>	<u>241.754,60</u>	<u>377.150,88</u>
Total do activo		<u>7.440.537,98</u>	<u>4.250.659,33</u>	<u>4.250.659,33</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado	12	50.000,00	50.000,00	50.000,00
		<u>50.000,00</u>	<u>50.000,00</u>	<u>5.000,00</u>
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00
Total do capital próprio	12	<u>50.000,00</u>	<u>50.000,00</u>	<u>50.000,00</u>
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	13	6.869.115,30	3.722.802,41	3.722.802,41
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00
		<u>6.869.115,30</u>	<u>3.722.802,41</u>	<u>3.722.802,41</u>
Passivo corrente				
Fornecedores	14	21.706,18	168.671,77	312.375,72
Adiantamento de clientes	8	1.800,83	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	10	1.490,47	520,14	520,14
Financiamentos obtidos	13	420.709,95	135.396,28	135.396,28
Outras contas a pagar	14	72.981,63	173.268,73	29.564,78
Diferimentos	11	2.733,62	0,00	0,00
		<u>521.422,68</u>	<u>477.856,92</u>	<u>477.856,92</u>
Total do passivo		<u>7.390.537,98</u>	<u>4.200.659,33</u>	<u>4.200.659,33</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>7.440.537,98</u>	<u>4.250.659,33</u>	<u>4.250.659,33</u>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração





III – Demonstração dos resultados

MADALENAGIR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2013	unid: euros	
			2012 (reexpresso)	2012
Vendas e serviços prestados	15	192.952,16	0,00	664.829,89
Subsídios à exploração	16	90.000,00	0,00	0,00
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	17	328.323,07	318.913,98	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18	(14.102,84)	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	19	(476.929,22)	(213.261,85)	(559.177,76)
Gastos com o pessoal	20	(31.243,08)	(20.359,91)	(20.359,91)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	21	3.853,83	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	22	(5.719,97)	(2.705,36)	(2.705,36)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		87.133,95	82.586,86	82.586,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(18.420,55)	(11.440,21)	(11.440,21)
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		68.713,40	71.146,65	71.146,65
Juros e rendimentos similares obtidos	23	1.788,88	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	24	(70.502,28)	(71.146,65)	(71.146,65)
Resultado antes de impostos		0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

Isabel Rodrigues
 para o Conselho de Administração
 Emílio Nuno Gomes Viegas

Handwritten initials or signature in the top right corner.

IV – Demonstração das variações no capital próprio

MADALENAGRSA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa					Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realçado	Reservas legais	Resultados tratados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
A 1 de Janeiro de 2012		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo inicial reexpresso		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação dos resultados de 2011		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2012		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
A 1 de Janeiro de 2013									
		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2013	11	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



Isabel Rodrigues
 para o Conselho de Administração
 Emílio Nunes Botelho V.M.

Handwritten initials or signature in the top right corner.

V – Demonstração dos fluxos de caixa

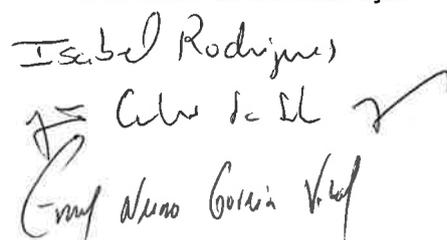
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	NOTAS	2013	2012 (reexpresso)
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		56.948,16	0,00
Pagamentos a fornecedores		(683.839,16)	(241.873,65)
Pagamentos ao pessoal		<u>(29.912,67)</u>	<u>(18.700,79)</u>
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(656.803,67)	(260.574,44)
Outros recebimentos/(pagamentos)		(957,08)	(700,00)
		<u>(3.158,79)</u>	<u>(1.877,04)</u>
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
		<u>(660.919,54)</u>	<u>(263.151,48)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	7	(963.438,13)	(203.856,42)
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		1.423,33	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
		<u>(962.014,80)</u>	<u>(203.856,42)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	11	3.578.000,00	600.000,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	11	(146.373,44)	(99.850,85)
Juros e gastos similares		(68.261,65)	(79.813,12)
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
		<u>3.363.364,91</u>	<u>420.336,03</u>
Variação de caixa e seus equivalentes		1.740.430,57	(46.671,87)
Efeito da diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		14.564,59	61.236,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.754.995,16	14.564,59

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



Handwritten initials or signature in the top right corner.

VI – Anexo às demonstrações financeiras

Anexo às demonstrações financeiras e gestão do património edificado. Exercício de 2013 e 2012

1. Introdução

A **MADALENAGIR S.A.**, tem por objeto social a promoção e gestão de equipamentos colectivos e a prestação de serviços na área da educação, cultura e desporto, bem como a promoção, manutenção e conservação de infraestruturas e gestão urbanística e a renovação e reabilitação urbanas

A MADALENAGIR foi constituída em 1 de Março de 2007, com um capital social de 50.000 euros, subscrito e realizado em numerário pela empresa municipal MADALENA PROGRESSO, E.M. que, em 19 de Março de 2010, passou a ser à única acionista, a qual garantiria diretamente ou através da Câmara Municipal de Madalena do Pico, o financiamento da construção, instalação, gestão, exploração e conservação de equipamentos e desenvolvimentos urbanísticos de natureza diversa.

A MADALENAGIR rege-se pelo seu Estatuto e pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também pelas disposições previstas para o sector empresarial local, nomeadamente pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas e baseadas na estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística. Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Durante o ano de 2012, a MADALENAGIR, como forma de não voltar a apresentar na Certificação Legal das Contas referente às Demonstrações Financeiras de 2011 uma reserva por erro nas contas, como a que lhe foi emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas UHY & Associados, SROC, Lda., decidiu aplicar o referencial contabilístico da IFRIC 12.

Durante o ano de 2013, o Conselho de Administração da Madalenagir, após análise aprofundada da situação criada com a aplicação do novo referencial contabilístico adotado (IFRIC 12) para os seus Ativos Fixos, verificou que tinha cometido um erro ao utilizar este referencial, porque para além da Madalenagir nunca ser, ou vir a ser, detentora de qualquer tipo de concessão, muito menos é intenção sua, entregar os seus ativos imobiliários, seja a quem for, mesmo que fosse à Câmara Municipal da Madalena, sua acionista totalitária, embora por via indireta.

Pelo que, em síntese, se pode dizer que a IFRIC 12 não é aplicável nas Demonstrações Financeiras da Madalenagir pelo seguinte:

- (1) A Câmara Municipal da Madalenagir não controla ou regulamenta os serviços que a Madalenagir deve prestar, a quem os deve prestar e a que preço; e
- (2) A Câmara Municipal da Madalena para além de não ser a proprietária dos ativos imobiliários da Madalenagir, não detém qualquer tipo de direito sobre os mesmos. Os ativos imobiliários que a Madalenagir detém irão ser utilizados na prestação dos serviços que o seu objeto social determina.

De seguida demonstra-se os impactos da alteração da política contabilística:

	2012 (reexpresso)	Reexpressão	2012
Balço			
Não corrente			
Outros activos financeiros	-	-3.839.220	3.839.220
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	442.370	442.370	
Investimento em curso	3.532.246	3.532.246	
Corrente			
Outros activos financeiros	-	-135.396	135.396
	<u>3.974.616</u>	<u>-</u>	<u>3.974.616</u>
Demonstração de resultados			
Prestação de serviços	-	-664.830	664.830
Trabalhos para a própria entidade	318.914	318.914	-
Fornecimentos e serviços externos	-213.262	345.916	-559.178
	<u>105.652</u>	<u>-</u>	<u>105.652</u>

A alteração da política contabilística não teve qualquer impacto no capital próprio e no resultado líquido do período de 2012, nem na sua estrutura financeira e económica.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas têm sido consistentemente aplicadas todos os anos, salvo indicação em contrário.

(a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou

perdas cambiais efectivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados.

(b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos de financiamentos obtidos directamente relacionados com a construção e desenvolvimento de activos fixos tangíveis são considerados como parte integrante do custo desses activos até data da sua conclusão.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes e em conformidade com o período de vida útil estimado que se indica abaixo que são objecto de revisão anual, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 10 a 50 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 10 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 10 anos

Os dispêndios subsequentes com a manutenção e reparação dos activos fixos tangíveis que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridos.

O ganho ou a perda decorrente da alienação ou abate de activos fixos tangíveis, determinada como a diferença entre os proventos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada, é reconhecido em resultados no momento da sua ocorrência.

(c) Imparidade de activos fixos tangíveis

As quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respectivos activos.

A quantia recuperável do activo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(d) Investimento em curso

Os "Investimentos em Curso" representam os activos fixos tangíveis e intangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido das perdas por imparidade acumuladas, estes activos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos. Em virtude da Madalenagir se encontrar em fase de investimento, foi definida a seguinte política de capitalização de gastos:

- A totalidade dos gastos financeiros diretamente relacionados com o financiamento do investimento que ainda se encontra em fase de construção/desenvolvimento até ao momento em que os ativos imobiliários estejam concluídos;
- Os gastos com o pessoal da estrutura e os diretamente relacionado com a atividade de planeamento e obra ;
- Os fornecimentos e serviços externos, que foram, pela sua natureza, registados nos centros de custos diretamente relacionados com a construção do ativo imobiliário.

(e) Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando as houver.

(f) Imparidade de activos financeiros

As quantias escrituradas dos activos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objectiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses activos serão, ou não, afectados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objectivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(g) Outras contas a pagar

As outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva.

As outras contas a pagar são classificadas no passivo corrente, excepto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

(h) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após a data de relato.

(i) Locações

Os contratos de locação são classificados em locações financeiras ou operacionais dependentemente de serem, ou não, transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. Assim, o respectivo activo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são reconhecidas no balanço, sendo são classificadas como um passivo corrente ou não em consonância com o plano financeiro contratual. Subsequentemente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

As rendas das locações operacionais são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período contratual.

(j) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A MADALENAGIR S.A. S.A. desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os activos financeiros transferidos com o respectivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A MADALENAGIR S.A. desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(k) Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma certeza razoável que na Empresa irá cumprir com as condições associadas à sua atribuição. Os subsídios que compensam despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas e os que compensam a aquisição de um activo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil estimada.

(l) Caixa e equivalentes a caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

(m) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato.

(n) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transacções registadas directamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

(o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) possa estimar fiavelmente o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para reflectirem a melhor estimativa.

Os activos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

(p) Especialização de custos e proveitos

As despesas e receitas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Outras contas a pagar e a receber e diferimentos.

(q) Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transacções existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

(r) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não dão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Numerário	-	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.653.821	14.565
Outros depósitos bancários	101.174	
	<u>1.754.995</u>	<u>14.565</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2013, ocorreu uma alteração de política contabilística face às adoptadas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2012, de forma a melhorar a qualidade da informação financeira da empresa, que adequadamente tinha sido alterada no ano de 2012, como se explicou no ponto 2 anterior.

6. Partes relacionadas

O capital social da MADALENAGIR é de 50.000 euros, representado por 50.000 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas pela Madalena Progresso, E.E.M..

7. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido durante o ano nos ativos fixos tangíveis em 31 de Dezembro de 2012, compreendem:

31 de Dezembro de 2012				
	Saldo em 01-01-2012	Aquisições / Dotações	Transferências/ Abates	Saldo em 31-12-2012
Custo:				
Edifícios e outras construções	12.500	-	-	12.500
Equipamento de transporte	53.375	-	-	53.375
Equipamento administrativo	11.495	-	-	11.495
	<u>77.369</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>77.369</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	1.250	1.250	-	2.500
Equipamento de transporte	29.654	7.388	-	37.042
Equipamento administrativo	736	2.803	-	3.539
	<u>31.640</u>	<u>11.440</u>	<u>-</u>	<u>43.081</u>
Valor líquido	<u>45.729</u>			<u>34.289</u>

O movimento ocorrido durante o ano nos ativos fixos tangíveis em 31 de Dezembro de 2012, reexpressos por alteração de política contabilística enunciada na nota 2 e 5, compreendem:

31 de Dezembro de 2012 (reexpresso)				
	Saldo em 01-01-2012	Aquisições / Dotações	Transferências/ Abates	Saldo em 31-12-2012
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	442.370	-	-	442.370
Edifícios e outras construções	12.500	-	-	12.500
Equipamento de transporte	53.375	-	-	53.375
Equipamento administrativo	11.495	-	-	11.495
Investimentos em curso	2.867.416	664.830	-	3.532.246
	<u>3.387.156</u>	<u>664.830</u>	<u>-</u>	<u>4.051.985</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	1.250	1.250	-	2.500
Equipamento de transporte	29.654	7.388	-	37.042
Equipamento administrativo	736	2.803	-	3.539
	<u>31.640</u>	<u>11.440</u>	<u>-</u>	<u>43.081</u>
Valor líquido	<u>3.355.515</u>			<u>4.008.905</u>



O movimento ocorrido durante o ano nos ativos fixos tangíveis em 31 de Dezembro de 2013, compreendem:

31 de Dezembro de 2013				
	Saldo em 01-01-2013	Aquisições / Dotações	Transferências/ Abates	Saldo em 31-12-2013
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	442.370	345.000	-	787.370
Edifícios e outras construções	12.500	-	-	12.500
Equipamento de transporte	53.375	25.000	-	78.375
Equipamento administrativo	11.495	2.309	-	13.804
Investimentos em curso	<u>3.532.246</u>	<u>804.091</u>	-	<u>4.336.337</u>
	<u>4.051.985</u>	<u>1.176.400</u>	-	<u>5.228.385</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	2.500	1.250	-	3.750
Equipamento de transporte	37.042	13.638	-	50.679
Equipamento administrativo	<u>3.539</u>	<u>3.533</u>	-	<u>7.072</u>
	<u>43.081</u>	<u>18.421</u>	-	<u>61.501</u>
Valor líquido	<u>4.008.905</u>			<u>5.166.884</u>

O saldo dos investimentos em curso em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, reexpressos por alteração de política contabilística, compreendiam:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (reexpresso)
Req. Centro da Madalena	391.307	370.345
Edifício Multiusos	377.601	356.397
Campo Futebol de S. Mateus	1.145.615	1.054.170
Edifício Socio Educativo	1.044.249	924.449
Auditório Municipal da Madalena	1.224.477	747.152
Escola Profissional do Pico	82.071	67.283
Museu Municipal	21.803	12.449
Casa do Missionário	49.214	-
	<u>4.336.337</u>	<u>3.532.246</u>

Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

8. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 as rubricas de Clientes e Outras contas a receber apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Clientes		
Outros	<u>11.771</u>	<u>-</u>
Adiantamento de clientes		
Outros	<u>1.801</u>	<u>-</u>
Outras contas a receber		
Juros a receber	366	-
Outros	<u>234.750</u>	<u>365</u>
	<u>235.116</u>	<u>365</u>

9. Outros ativos financeiros

Os saldos das conta de outros ativos financeiros foram reexpressos, por alteração de política contabilística enunciada na nota 2 e 5.

Foi efetuado transferência da rubrica "Outros Ativos Financeiros" corrente e não corrente, do ano de 2012, para Investimentos em curso bem como para a rubrica Terrenos e recursos naturais.

	2013	2012	2012
		(reexpresso)	
Saldo inicial	-	-	3.309.786
Serviços de construção	<u>-</u>	<u>-</u>	664.830
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.974.616</u>
Corrente	<u>-</u>	<u>-</u>	135.396
Não corrente	<u>-</u>	<u>-</u>	3.839.220
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.974.616</u>

Handwritten marks and signatures in the top right corner of the page.

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	2013		2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Pagamentos por conta	3.039	-	2.423	-
Retenção na fonte	249	-	-	-
IRC a pagar	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	148	-	96
Trabalho independente	-	699	-	7
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	268.230	-	224.133	-
IVA - liquidações officiosas	-	-	120	-
Contribuições para a segurança social				
	-	644	-	417
	<u>271.519</u>	<u>1.490</u>	<u>226.676</u>	<u>520</u>

A MADALENAGIR, S.A. está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa reduzida a aplicar para determinação do IRC é de 17,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos e 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais à declaração de impostos de 2013 e 2012 não terá um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro dos anos anteriormente referenciados.

Em 31 de Dezembro de 2013, não existiam quaisquer diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais susceptíveis de registo contabilístico em impostos diferidos activos e passivos.

11. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

	2013		2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Outros gastos a reconhecer	253	-	149	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	2.734	-	-

12. Capital realizado

O capital social da MADALENAGIR S.A. é de 50.000 euros, representado por 50.000 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

As acções representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas pela Madalena Progresso, E.E.M..

O movimento registado nesta conta diz respeito exclusivamente à realização do capital social em 2007 e o resultado apurado no ano.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, foram aprovadas em Assembleia Geral realizada em 20 de Março de 2013.

13. Financiamentos obtidos

Em 13 de Novembro de 2007, foi celebrado um financiamento bancário de longo prazo, que poderá atingir o montante máximo de 7.584.000 euros, subdivido em empréstimos autónomos de acordo com os investimentos especificamente realizados. Em 31 de Dezembro de 2013, estava utilizado o montante máximo, ou seja, o valor de 7.584.000 euros, correspondendo (i) 604.000 euros ao financiamento do projecto de arquitectura e de execução do Pavilhão Multiusos e requalificação das zonas envolventes e zona histórica da vila; (ii) 696.000 euros destinado à construção do campo de jogos de S. Mateus, (iii) 1.345.125 euros referente à construção do imóvel Sócio – Educativo, e (iv) 4.938.875 euros para a construção de pavilhão multiusos e o auditório municipal.

Em 31 de Dezembro de 2012 estava por liquidar 7.289.825 euros destes empréstimos que têm um prazo de 20 anos, e serão reembolsados em prestações semestrais de capital e juros, sucessivas e iguais, sendo estes calculados de acordo com a taxa nominal e o preçário dos custos associados atualmente em vigor pela entidade bancária, estando assim previsto que o reembolso em 2014 será de 420.710 euros.

14. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 as rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012 (reexpresso)	2012
Fornecedores			
Outros	<u>24.367</u>	<u>168.672</u>	<u>312.376</u>
Outras contas a pagar			
Fornecedores de investimentos	32.542	143.704	-
Remunerações a liquidar	4.044	2.970	2.970
Juros a liquidar	24.606	21.986	21.986
Outros	<u>11.789</u>	<u>4.608</u>	<u>4.608</u>
	<u>72.982</u>	<u>173.269</u>	<u>29.565</u>

15. Vendas e prestações de serviços

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o rédito reconhecido resulta de:

	2013	2012 (reexpresso)	2012
Serviços de construção civil	-	-	664.830
Curso Formação Artística	9.468	-	-
Workshop	733	-	-
Concessão de epaços	8.637	-	-
Madalenaventura	534	-	-
Comparticipação Festas	164.551	-	-
Bar da Piscina	<u>9.029</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>192.952</u>	<u>-</u>	<u>664.830</u>

16. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2013, a Madalenagir, SA, reconheceu os seguintes montantes na rubrica "Subsídios à exploração":

	2013	2012
Subsídios à exploração		
Sub. Estado e outros entes públicos	90.000	0
	<u>0</u>	<u>0</u>
	<u>90.000</u>	<u>0</u>

16. Trabalhos para a própria entidade

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os gastos incorporados no custos dos activos fixos tangíveis em curso de construção resultaram de:

	2013	2012	2012
	(reexpresso)		
Trabalhos para a própria entidade			
Encargos de estrutura	259.609,67	247.767	-
Encargos financeiros	68.713	71.147	-
	<u>328.323</u>	<u>318.914</u>	<u>-</u>

17. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo da matéria prima vendida, resultante da exploração do bar da piscina, do ano findo em 31 de Dezembro de 2013 detalha-se conforme se segue:

	2013	2012
Matérias primas - cmpvc	<u>14.103</u>	<u>-</u>
	<u>14.103</u>	<u>-</u>

18. Fornecimentos e serviços externos

Os Fornecimentos e serviços externos dos anos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 detalham-se conforme se segue:

	2013	2012	2012
	(reexpresso)		
Subcontratos	-	-	345.916
Trabalhos especializados	62.017	172.359	172.359
Publicidade e propaganda	27.338	16.922	16.922
Honorários	26.692	6.442	6.442
Ferr. e utens. desg.rápido	5.283	137	137
Material de escritório	2.156	1.466	1.466
Deslocações e Estadas	42.978	5.952	5.952
Seguros	77	489	489
Contencioso e notariado	733	229	229
Organização de eventos	194.962	-	-
Curso formação artística	75.910	-	-
Outros	38.784	9.266	9.266
	<u>476.929</u>	<u>213.262</u>	<u>559.178</u>

19. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 detalham-se conforme se segue:

	2013	2012
Remunerações do pessoal	25.297	16.569
Encargos sobre remunerações	5.543	3.705
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	404	86
	<u>31.243</u>	<u>20.360</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 haviam dois trabalhadores e um estagiário, enquanto que em 2012 havia um funcionário.

20. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Rendimentos suplementares		
Outros rendimentos suplementares	3.785	-
	<u>3.785</u>	<u>-</u>
Outros	69	-
	<u>3.854</u>	<u>-</u>

21. Outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de Outros gastos e perdas têm a seguinte composição:

	2013	2012
Impostos		
Directos	3.839	1.844
Indirectos	49	753
Taxas	1	12
	<u>3.888</u>	<u>2.609</u>
Outros	1.832	96
	<u>5.720</u>	<u>2.705</u>

22. Juros e réditos similares

	2013	2012
Juros obtidos		
De depósitos	1.789	-
Outros juros	-	-
	<u>1.789</u>	<u>-</u>

23. Juros e gastos similares

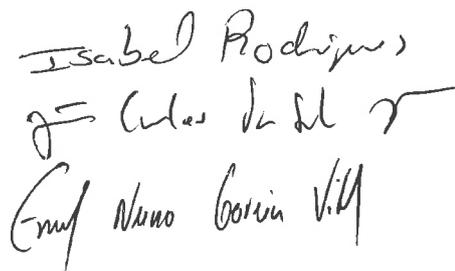
Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica juros e outros gastos similares compreendia:

	2013	2012
Juros suportados		
De financiamentos obtidos	47.100	64.895
De mora e compensatórios	10	10
Outros juros	-	39
Imposto selo sobre os juros	<u>23.392</u>	<u>6.203</u>
	<u>70.502</u>	<u>71.147</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Handwritten signature or initials.

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

VELOSA, SILVA, MARQUES E TRABULO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita na O.R.O.C. sob o n.º 91

Contribuinte n.º 502 500 662

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e dar o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da **MADALENAGIR, E.M., S.A.**, em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Ao longo do exercício analisamos com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e do contrato da sociedade.

O Conselho de Administração e os Serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

O Relatório de Gestão explana, com suficiente clareza, a evolução da actividade durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Consideramos que o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo satisfazem os preceitos legais e estatutários, reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação de contas e fiscalização da sociedade.

Handwritten marks: a vertical line with a downward arrow, a circled 'D', and a stylized signature.

Face ao que antecede somos de parecer que:

- a) Aproveis o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2013;
- b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Porto, 2 de Junho de 2014

Velosa, Silva, Marques e Trabulo, SROC
Representada por:



António Augusto Almeida Trabulo (ROC nº 1042)

4
D
F

VIII – Certificação Legal de Contas

VELOSA, SILVA, MARQUES E TRABULO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita na O.R.O.C. sob o n.º 91

Contribuinte n.º 502 500 662

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **MADALENAGIR, E.M., S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 7.440.537,98 Euros e um total de capital próprio de 50.000,00 Euros, incluindo um resultado de 0,00 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **MADALENAGIR, E.M., S.A.**, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

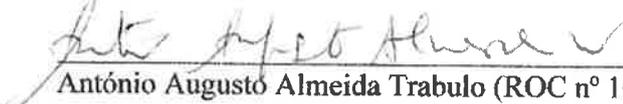
ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

9.1 Conforme referido na nota 2 do Anexo foram reexpressas as demonstrações financeiras de 2012, de modo a assegurar a sua comparabilidade, em virtude de ter sido alterada a política contabilística de relevação contabilística de activos fixos tangíveis.

Porto, 2 de Junho de 2014

Velosa, Silva, Marques e Trabulo, SROC
Representada por:


António Augusto Almeida Trabulo (ROC nº 1042)

